

## INVASÃO ISRAELENSE DO LÍBANO DE 1982: ORIENTALISMO, IMPERIALISMO E GEOGRAFIA

Ramez Philippe Maalouf<sup>1</sup> (USP)

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo caracterizar a Guerra Civil Libanesa (1975-82), e nela inserida a invasão israelense de 1982, como resultante do processo de desintegração do Império Turco-Otomano no quadro definido pela *aceleração histórica*, de acordo com Yves Lacoste. Ela evidencia o processo/projeto *balcanizador* do Líbano e do Oriente Médio que se inicia com o expansionismo europeu a partir do século XIX e a continuidade dada a tal processo pelas modernas estratégias israelenses, as quais, com suas rupturas, logram imprimir *moto próprio* à sua operação na Região.

**Palavras-chave:** balcanização – libanização – orientalismo – imperialismo – estratégias israelenses

### *Introdução*

A intenção deste texto é entender a Guerra Civil Libanesa (1975-90)<sup>2</sup> e, nela inserida, a invasão israelense do Líbano, em 1982, e as estratégias israelenses, como decorrente do processo de desintegração do Império Turco-Otomano, cujas conseqüências se fazem sentir até os dias atuais, dentro de uma perspectiva da *aceleração histórica*, proposta por Yves Lacoste (LACOSTE apud NIGRI: 2003: 29), segundo o qual a rapidez das transformações sociais, econômicas, políticas, demográficas e tecno-científicas em um curtíssimo lapso de tempo exacerba as contradições existentes nestes processos de tal forma que uma apreciação destas mudanças se torna uma tarefa difícil de ser realizada, pela falta de se dispor de um

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Especialista em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
ramez1995@gmail.com

<sup>2</sup> A Guerra Civil Libanesa (1975 – 1990), servindo de palco em miniatura para todos os conflitos do Oriente Médio, eclodiu em decorrência da contestação do Pacto não-escrito confessional (1943) que estabelecia uma divisão comunitária do poder em base confessional, assegurando uma supremacia da comunidade cristã-maronita no Líbano. O crescimento da população muçulmana libanesa e a chegada dos refugiados palestinos decorrentes das derrotas árabes frente a Israel pressionaram mudanças na redistribuição de poder, o que a direita cristã-maronita se negou a fazer, procurando aliança com os EUA, Síria e Israel. A capital do país, Beirute foi dividida em dois setores; oriental, predominantemente cristão, e ocidental, predominantemente muçulmano. Estima-se que a Guerra Civil Libanesa causou a morte de cerca de 200 mil pessoas num país cuja população não chega a 4 milhões de pessoas e foi encerrada com a derrota dos libaneses cristãos e sunitas e palestinos e a vitória da Síria.

“recuo” suficiente. Por isto, torna-se necessário a análise das diferenciações espaciais para fornecer informações de modo mais rápido que a análise histórica na observação das lutas em curso. O texto parte do pressuposto que a análise geográfica é um saber estratégico em razão da rapidez dos movimentos em escala planetária (NIGRI: 2003: 29) e, como tal, serve para fazer guerra (LACOSTE: 1988). Neste sentido, aventei a hipótese de que o Oriente Médio, e nele inserido o Líbano, serviu (e ainda serve) como um laboratório de experiências políticas (*balcanização, libanização*, Mandato e Estados Nacionais), as quais os geógrafos (profissionais formalizados ou não) e a Geografia, institucionalizada na Europa no advento do imperialismo, desempenharam (e continuam desempenhando) um importante papel.

### *A invasão e o contexto histórico*

Em 4 junho de 1982, Israel invadia o Líbano, sob o pretexto de retaliar o atentado ao embaixador israelense em Londres, com o objetivo declarado de “varrer” a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) do chamado País dos Cedros, obtendo, para isto, o apoio de milícias libanesas (cristãs, xiitas e drusas).

À época da invasão israelense, a guerra civil libanesa estava em banho-maria desde fins de 1976. Nesta guerra, iniciada em abril de 1975, ultra-direitistas cristãos maronitas lutavam para manterem seus privilégios econômicos e políticos, e os “esquerdistas”, que contestavam estes privilégios, estavam amontoados numa frente “progressista” que englobava cristãos ortodoxos, drusos e muçulmanos sunitas e xiitas, todos supostamente aliados aos palestinos (CAMPELLO: 2005). No conflito, massacres contra civis desarmados, com caráter sectário, se tornaram uma rotina, dando uma falsa impressão de guerra religiosa de “cristãos contra muçulmanos” e vice-versa. Massacres sectários dividiram o Líbano de fato, possibilitando a criação de mini-Estados confessionais, um velho projeto sionista (NIGRI: 2003: 14-15). Nos primeiros nove meses dos confrontos, as forças em combate estavam equilibradas, mas a partir de janeiro de 1976, os palestinos e seus aliados libaneses de esquerda, através de inúmeros massacres contra cristãos libaneses, passaram a ter o predomínio político. Por outro lado, a presença ostensiva da resistência palestina no sul do Líbano oprimia os paupérrimos e marginalizados xiitas libaneses. Tudo isto acabou provocando entre os libaneses um forte ressentimento anti-palestino. Temendo que a OLP impusesse aos

libaneses um regime de extrema esquerda, o que poderia provocar uma invasão israelense em represália, os sírios, até então aliados aos “esquerdistas” libaneses e palestinos, passaram a apoiar a extrema direita libanesa e invadiram o país, em 1976, com a permissão dos conservadores libaneses e apoio tácito dos EUA e israelenses. Os palestinos e os “progressistas” libaneses seriam derrotados no massacre de Tal al-Za’atar, em agosto de 1976, com mais de 3 mil refugiados palestinos exterminados, num prenúncio do primeiro massacre em Sabra e Chatila, em 1982. Entretanto, com o acordo de paz entre Israel e Egito, em 1978, os sírios mudam de lado em favor da resistência palestina e da “esquerda” libanesa, o que se tornou intolerável aos israelenses. Em março do mesmo ano, tropas israelenses promovem a sua primeira invasão ao Líbano, matando mais de duas mil pessoas (libaneses e palestinos), sem conseguir o objetivo de eliminar a OLP do sul do Líbano (LAURENS: 2005: 359).

Com o fracasso da invasão na primavera de 1978, os israelenses prepararam uma grande ofensiva ao Líbano desde a posse de Ariel Sharon como ministro da Defesa no segundo governo do *premier* Menachem Begin, do partido Likud, de extrema-direita, em meados de 1981 (SHLAIM: 2004:449-51). O objetivo principal da invasão, chamada oficialmente de *Operação Paz* (sic) *para a Galiléia*, seria o aniquilamento da OLP do Líbano de uma vez por todas, de forma a permitir aos israelenses uma repressão mais efetiva sobre os palestinos nos Territórios Ocupados (SHLAIM: 2004). Além deste, havia também o propósito de impor um presidente libanês cristão pró-sionista, encarnado na figura do líder da milícia libanesa falangista, Bachir Gemayel, aliado de Sharon.

Em 3 de junho de 1982, um militante palestino, inimigo da OLP, alvejou o embaixador israelense em Londres, ferindo-o gravemente, dando o pretexto que tanto esperavam os israelenses e seus aliados libaneses (SHLAIM: 2004: 449-61).

Apesar das objeções formais, o parlamento israelense (*Knesset*, do hebraico *assembléia*) concordava que afastar a OLP para 40 km da fronteira norte de Israel era necessário. Desta forma, o *Tsahal*<sup>3</sup> tinha permissão para atacar o Líbano em nome da guerra contra a OLP (SHLAIM: 2004: 456-77). Em 6 de junho de 1982, Israel iniciava a sua maior ofensiva militar, por terra, mar e ar, desde a Guerra de 1967, exatos quinze anos depois. Com isto, as tropas israelenses, com apoio (tácito ou não) de milícias

---

<sup>3</sup> Tsahal, acrônimo do hebraico *Tsavá Haganá Le Yisrael* (Forças de Defesa de Israel, nome oficial do exército de Israel).

libanesas (cristãs, drusas e xiitas), devastaram o sul do Líbano, cercando e invadindo Beirute, para forçar a eleição de um presidente da extrema-direita cristã maronita e esmagar o movimento nacional palestino. Os bombardeios de saturação arrasaram a capital libanesa e destruíram a infra-estrutura do país, causando a morte de cerca de 20 mil árabes (libaneses, palestinos e sírios) (GATTAZ: 2003: 164).

A devastação provocada pela invasão, as guerras inter e intra-comunitárias e os massacres dela decorrentes fizeram os libaneses perceberem que Israel tinha outros objetivos não declarados além da expulsão da OLP do Líbano e da imposição de um presidente cristão pró-sionista, anti-sírio e anti-palestino (SHLAIM: 2004: 166).

De acordo com o historiador e economista libanês Georges Corm, ex-ministro da economia do Líbano, especialista em geopolítica árabe, Israel, na busca da supremacia no Oriente Próximo, através da política de fatos consumados, privilegia a força bruta em detrimento do diálogo, da democracia e da justiça para:

(...) modelar novas realidades destinadas a garantir a permanência na região do corpo estranho que representa. Neste plano, seu desejo de expulsar a população palestina dos territórios que esta ocupa e propiciar a emergência de entidades comunitárias sobre os escombros da antiga sociedade otomana pluralista não deixa nenhuma dúvida. Um Oriente Médio *balcanizado*, em mini-Estados, cuja única legitimidade é o fanatismo religioso sectário, não pode ser mais que favorável (...) (CORM: 2007:182-3). (grifo e tradução livre nossos).

A *Operação Paz* (sic) *para a Galiléia* parecia alcançar seus objetivos nos primeiros meses de ofensiva: um presidente libanês pró-israelense foi eleito, Bachir Gemayel, e a OLP foi expulsa para muito além dos 40 km da fronteira líbano-israelense acordada pelo *Knesset*, sendo ejetada para Tunis, capital da Tunísia, a mais de 2 mil km de distância de Beirute. Entretanto, a estratégia começou a implodir quando Bachir foi morto num atentado misterioso no quartel-general de sua milícia, poucas semanas após a sua eleição por um parlamento tutelado pelos tanques israelenses. Responsabilizando os palestinos, milicianos falangistas, com o apoio dos israelenses, adentraram os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, massacrando seus habitantes, em sua maioria mulheres, crianças, idosos e até animais domésticos. O massacre causou comoção mundial, principalmente em Israel, onde uma gigantesca manifestação responsabilizou as tropas de Ariel Sharon e o primeiro-ministro Menachem Begin pelas atrocidades no Líbano. Além disto, a rearticulação da resistência libanesa, após a invasão, fez recuar o *Tsahal*, que antes da retirada promoveu uma guerra entre seus

aliados drusos e maronitas, reacendendo a guerra civil, que se alastrou das montanhas do Chouf para todo o País dos Cedros. Com a vitória dos drusos<sup>4</sup>, apoiados pelos xiitas, e a expulsão dos cristãos do Chouf, a luta foi direcionada para o controle de Beirute Ocidental, predominantemente muçulmana, dilacerando o chamado “campo progressista” ou “campo muçulmano”. A retomada da guerra civil foi simultânea à guerra dos sírios contra os palestinos no Vale do Bekaa, leste do Líbano, enquanto estes eram massacrados pelos israelenses recuados no sul do Líbano. Tais fatos forneceram elementos aos libaneses e demais árabes acreditarem num complô destinado à *balcanização*<sup>5</sup> do Oriente Médio. Crença que foi reforçada pelas invasões do Iraque pelos EUA e aliados ocidentais e árabes, em 1991 e em 2003, resultando na formação de uma zona autônoma curda, no norte do país mesopotâmico, onde iraquianos curdos promovem massacres contra iraquianos árabes.

Estas “teorias conspiratórias” poderiam parecer frutos de uma imaginação fértil, não fosse a existência de uma literatura israelense que corroborava as teses de *balcanização*.

### ***As estratégias de Israel***

Em fevereiro de 1982, poucos meses antes da invasão do Líbano, um ex-assessor do Ministério das Relações Exteriores israelense, o jornalista Oded Yinon, contrário aos Acordos de Paz de Camp David, entre Israel e Egito, que provocou a perda da Península do Sinai, defendia a hegemonia de Israel sobre um Oriente Médio fragmentado. O artigo intitulado *A strategy for Israel in the nineteen eighties* foi publicado pela revista israelense Kivunim (“direções” em hebraico) (YINON: 1982), em que se apregoava um novo desenho para o Oriente Médio. Segundo o jornalista, os Estados árabes foram construídos artificialmente pelas potências estrangeiras sem respeitar os cortes étnico-confessionais do mundo árabe. Yinon, em seu famoso artigo, afirma que os Acordos de Paz de Camp David (1978) com o Egito privaram o acesso israelense às riquezas propiciadas pelas fontes de gás e de petróleo em Suez e no deserto do Sinai, havendo o

---

<sup>4</sup> O Islã é uma religião que surgiu na Península Arábica, no século VII da era cristã, e tem como principais correntes o sunismo e o xiismo. Dentro do xiismo surgiram outras correntes das quais destacamos os duodecimais, os zayditas e os ismaelitas. O alauísmo é considerado também como ramo do xiismo. O drusismo, por sua vez, foi originário de uma dissidência do ismaelismo, no séc. XI, no Egito, entretanto, devido à crença na reencarnação, há quem considere a fé drusa como não-muçulmana (CAMPELLO: 2005: 67-101).

<sup>5</sup> *Balcanização* refere-se ao processo de divisão territorial em base étnica (NIGRI: 2003).

sério risco do País do Nilo se unir ao campo árabe com o apoio militar soviético, acrescentando que um pleno apoio dos EUA a Israel era incerto devido à fraqueza interna e externa da política americana frente às pressões da (então) URSS.

O autor israelense alega que as tentativas de integrar os palestinos após a guerra de 1967 estariam destinadas ao fracasso, assim como acreditava que a chamada “via direta”, isto é, a guerra contra o Egito para recuperar o Sinai, rompendo com os Acordos de Camp David, seria a opção menos realista (YINON: 1982). Para a consecução dos objetivos israelenses de hegemonia regional, ele prega a “via indireta” de desestabilização dos Estados árabes, mediante a pulverização destes governos centrais, enfraquecidos por crises econômicas e ausência de ajuda externa, substituindo-os por Estados étnico-confessionais cristãos e muçulmanos. Assim sendo, pela “via indireta”, caberia a Israel exacerbar as tensões internas entre os países árabes, formando mini-Estados-tampão (YINON: 1982). Neste caso, segundo o autor, Líbano, Síria e Jordânia seriam implodidos, dando lugar a mini-Estados cristão, sunita, alauíta, xiita e druso (entre o Golã e o norte da Jordânia) (YINON: 1982). Com relação à Jordânia, governada por árabes-beduínos, porém habitada majoritariamente por palestinos, o reino hachemita, tradicional cliente de Israel, seria derrubado para dar lugar a um Estado palestino, para onde os palestinos da Cisjordânia, conquistada na Guerra de 1967, seriam transferidos (*transfer*), destruindo de vez os planos da OLP de constituir nestes territórios uma autonomia palestina. O projeto de fragmentação dos Estados árabes, proposto pelo autor, seria extensivo aos demais países árabes, como Egito, Iraque e países do *Magrheb*<sup>6</sup> e da Península Arábica; visando criar um mundo árabe fragmentado preparado para sucumbir à hegemonia israelense (YINON: 1982).

Desta forma, de acordo com o autor, o reconhecimento árabe da dominação judia do “Jordão ao mar” é uma necessidade vital para a existência de Israel e de sua população judia em fronteiras seguras, o que nos remete ao conceito de “espaço vital” elaborado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (SILVA: 2003: 26-38), da escola alemã de geopolítica, no início do século XX. Ele também preconizava a transição de uma “economia centralizada” para “economia de mercado, aberta e livre”(YINON: 1982).

---

<sup>6</sup> *Magrheb*, do árabe, Ocidente, corresponde aos países árabes da África do Norte (Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia), exceto os do Vale do Rio Nilo (Egito e Sudão). O Saara Ocidental é um território invadido e ocupado pelo Marrocos.

A proposta de Yinon esteve ativa entre 1981 e 1982, quando Ariel Sharon, com apoio americano, planejou invadir o Líbano para destruir a OLP, instalar um governo cristão pró-Israel e expulsar os palestinos para a Jordânia, usando expedientes tais como o massacre de Sabra e Chatila.

Em verdade, não se trata de uma idéia inédita no pensamento estratégico israelense. Segundo o historiador brasileiro Inacio Nigri, o “Diário de Moshe Sharret” (primeiro-ministro israelense, 1952-54) revela que Pinhas Lavon, antigo ministro da defesa israelense, defendeu a ocupação da fronteira síria, aproveitando a oportunidade aberta pela queda do então ditador sírio, o coronel curdo Adib Chichakli, em 1954 (NIGRI: 2003: 14). Na mesma época, o mesmo intento desestabilizador da região encontrou eco nas declarações de Moshe Dayan, então chefe-do-Estado-Maior das forças armadas israelenses, que propunha buscar “um oficial e comprá-lo para declarar-se o salvador do povo maronita... o exército entraria no Líbano e estabeleceria um regime aliado de Israel, e tudo o mais andaria sobre os trilhos”. Ainda para David Ben-Gurion, pai da pátria israelense, “provocar a criação de um Estado cristão (...) é uma das tarefas essenciais de nossa política externa... é investir meios, tempo e energia, de modo a empreender uma mudança fundamental no Líbano” (BEN-GURION: 1954).

De acordo com Nigri, apesar das declarações das autoridades israelenses mais representativas, seria precipitado atribuir única e exclusivamente ao poder israelense a capacidade de exercer o papel-chave na condução do conflito árabe-israelense, assim como na determinação de seus rumos, mas é também igualmente impossível ignorá-lo (NIGRI: 2003: 17). Neste aspecto, as estratégias *balcanizadoras* de Israel devem ser entendidas como herdeira do pensamento e da práxis de concepções geográficas advindas do colonialismo europeu, favorecido pela desintegração do sultanato turco-otomano.

Ainda segundo o historiador Nigri, territorialidade e confessionalidade apresentam-se como fatores relevantes aos múltiplos aspectos do contencioso árabe-israelense (NIGRI: 2003: 16), sendo determinantes para a atuação do imperialismo europeu no Levante<sup>7</sup>, região que, devido ao seu grande valor estratégico às potências

---

<sup>7</sup> Antiga denominação européia dada à costa sudeste do Mar Mediterrâneo. Esta denominação tem uma correspondência com o termo *Machrek* (do árabe, Levante) usado pelos árabes para denominar a Região. Outros termos igualmente sinônimos para designar o referido subconjunto geográfico são: *Bilad Cham* e Síria. O termo precede os conceitos de Oriente Médio e Oriente Próximo. (LACOSTE: 1995: 902).

européias a partir do final do século XVIII, passou a ser denominado pela Inglaterra e EUA de *Oriente Médio*, no início do século XX, reduzida à condição de zona-tampão.

### *Expansão européia no Levante*

A penetração européia no Levante iniciou-se em fins do século XVIII, com as invasões e ocupações do Líbano pela Rússia, entre 1772-74, e do Egito pela França, entre 1798-1801, favorecida pelo enfraquecimento do Império Turco-Otomano<sup>8</sup>, cujo território se encontrava entre a Europa e a Índia, esta última dominada pela Inglaterra desde a Guerra dos Sete Anos (1756-63) contra a França, na disputa pelo controle das rotas comerciais entre Ocidente e Oriente.

A Porta era dividida em governos gerais (*Vilayets*), que se subdividiam em governos (*Sanjacks*) e municípios (*Cazas*), governados respectivamente pelos *walis* (que recebiam o título honorífico de *pachás*), *caimacãs* e *mudir*. Analogamente, os *vilayets*, *sanjacks* e as *cazas* correspondem às Regiões, Províncias e Municípios. Porém, sendo um Estado do tipo antigo, conviviam nele distintas formas de soberania, apresentando uma grande diversidade étnica e mesmo confessional, com sua legitimidade assentada na defesa da ortodoxia da fé islâmica (privilegiando os muçulmanos sunitas) e da comunidade de crentes (a *umma*). Assim, as comunidades confessionais obtinham autonomia, independentemente do território que ocupavam, através do sistema de *millet*, proporcionando aos cristãos e judeus a submissão às suas autoridades espirituais. Os cristãos (especialmente os maronitas, que reconheciam a supremacia do Papa) eram, ainda mais privilegiados que os judeus, pois ainda recebiam a proteção, pelo menos oficialmente, do Reino de França, através das chamadas Capitulações, estabelecidas ainda no séc. XVI para favorecer comércio entre franceses e otomanos (ÉDDE: 2001: 28-9). Mesma sorte não tiveram os adeptos das heterodoxias islâmicas, com exceção dos xiitas, tais como os alauítas, yézidis e os drusos, que não eram considerados pelos *ulemás* (doutores da lei islâmica) como membros da *umma*.

Estes elementos de territorialidade favoreceram a estabilidade da Porta por quatro séculos (1516-1918), porém eles serão revertidos contra a mesma após a invasão dos europeus, a partir do início do século XIX.

---

<sup>8</sup> Também denominando de Sublime Porta ou simplesmente Porta (NIGRI: 2005: 25).



No início do século XIX, França e Inglaterra, dando os primeiros passos em direção ao imperialismo, disputavam o controle das rotas marítimas e terrestres entre o Extremo Oriente e a Europa, expondo a decadência do sultanato turco-otomano e a crescente importância geo-estratégica do Levante (NIGRI: 2005: 27-8), e nele o *vilayet* da Síria (que também incluía a Palestina e o Monte Líbano)<sup>9</sup>. A força bruta da invasão francesa de Napoleão Bonaparte (1798-1801) despertou ambições dos senhores locais contra o domínio otomano (NIGRI: 2005: 27), como as de Mehmet Ali, mercenário albanês, que observa e copia o modelo francês, moderniza o Egito, introduzindo o capitalismo através da industrialização do país, nacionalização das terras, criação de uma imprensa moderna e a instituição de escolas de engenharia e medicina, ao estilo europeu, e o cultivo de algodão. Com a conquista da Síria, em 1833, Ali amplia a penetração capitalista na Região, na primeira metade do século XIX, traduzindo-se também na abertura de hospitais, escolas e orfanatos por obra de instituições cristãs (NIGRI: 2005: 27).

França e Inglaterra, apesar de rivais na competição pela hegemonia mundial do capitalismo, concordavam apenas em um único ponto: era preciso impedir que a Rússia czarista avançasse sobre os mares quentes, no caso o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. Portanto, era necessário manter intacto, ainda que sob as suas tutelas, o Império Turco-Otomano. Qual foi o padrão de atuação dos impérios europeus para o controle daquela vasta Região, minando a autoridade otomana sem, no entanto, derrubá-la por completo? As duas potências da Europa ocidental advogavam a defesa dos ideais liberais e iluministas, que representavam o predomínio de concepções antropocêntricas sobre as de ordem teocêntricas, resultantes do longo processo de laicização e secularização das sociedades européias, iniciado nos estertores do medievo, perpassando as guerras religiosas do séc. XVI, com a ruptura das estruturas feudais, culminando na formação dos Estados nacionais e na emergência do Capitalismo, em meados do séc. XVII. Estas rupturas ocorreram com grande violência e desdobraram-se na expansão colonial na busca de mercados e matérias-primas, iniciada no séc. XV,

---

<sup>9</sup> O *vilayet* (Governo-geral) da Síria compreendia os *sanjacks* (Província) de Damasco (sede do governo), Beirute, Sidon, Acre, Nablus, Jerusalem, Hauran, Ma'an. Os *sanjacks* de Acre (Akka), Nablus e Al-Qods (Jerusalém) formavam o que hoje é a Palestina/Israel, sendo que o *sanjack* de Jerusalém foi elevado à condição de *mutassarrif* (Província Autônoma, diretamente subordinado ao sultão), em 1887. O *vilayet* de Beirute não abrangia as montanhas do Líbano. O emirado do Monte Líbano era dependente do vilayet de Sidon (Saida). (NIGRI: 2005: 24; CAMPELLO: 2005: 21)

resultando no domínio de povos e civilizações nos demais continentes. A formação dos Estados nacionais foi decisiva neste processo, mediante a unificação dos mercados internos e o banimento da religião para o espaço privado, para alocar os recursos necessários para a empreitada colonial.

Simultaneamente a estas transformações, as ciências praticadas pelos europeus romperam com a representação simbólica e analógica do mundo, criando uma representação analítica de um mundo auto-regulado. Com isto, a chamada Ciência moderna tornou-se um poderoso instrumento de operação e construção de um novo mundo. Neste sentido, “o homem deixa de ser seu mediador e passa a investigar suas leis e a transformar com sua ação” (SCANNONE: 1992).

Tais rupturas trouxeram o sentimento de superioridade européia sobre os demais povos, e, com isto, a expansão colonial foi apresentada como uma missão civilizadora que tentava naturalizar a dominação colonial. Assim, a multi-milenar relação das potências européias com o Oriente se transmutou de um sentimento de medo para a admiração, e desta até a uma igualdade confiante, especialmente nos Impérios Persa Sefévica e Grã-Mogol, mas não no sultanato otomano. Esta alteração levou à efêmera invasão e ocupação do Egito e da Palestina pelas tropas napoleônicas, em fins do século XVIII, determinando a sorte dos povos do Oriente (LUZ: 2001). Na primeira metade século XX, resultaria, com a queda da Porta, no sistema mandatário franco-britânico e, no início do séc. XXI, na dominação *manu militari* de territórios árabes e muçulmanos pelos EUA, no Iraque e no Afeganistão.

### ***Imperialismo, Orientalismo e Geografia***

É no bojo do processo imperial-colonizador europeu que surge o Orientalismo, segundo o pensador palestino Edward S. Said, entendido como uma determinada visão do Ocidente sobre o Oriente (LUZ: 2001). Said concebe o conceito de orientalismo assentado na noção de discurso de Michel Foucault (SAID: 2001). O orientalismo seria um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.

(...) os principais dogmas do orientalismo existem hoje em sua forma mais pura nos estudos árabes e sobre o islã. Vamos recapitulá-los aqui: uma é a absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário e superior, e o Oriente, que é aberrante, subdesenvolvido e inferior. Outro que é as abstrações sobre o Oriente, particularmente as que se baseiam em textos que representam uma civilização oriental “clássica”, são sempre preferíveis às evidências diretas extraídas das realidades orientais modernas. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno,

uniforme e incapaz de definir a si mesmo; presume-se, portanto, que um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental é inevitável e até cientificamente “objetivo”. Um outro dogma é que o Oriente, no fundo, é algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis, os domínios pardos) ou a ser controlado (por meio da pacificação, pesquisa e desenvolvimento ou ocupação pura e simples sempre que possível).(SAID: 2001: 305)

Assim sendo, não é possível existir, segundo Said, um conhecimento ocidental sobre o Oriente despojado de um conhecimento político, pois não há a possibilidade de um conhecimento puro (LUZ: 2001). Neste aspecto, o pensador palestino é incisivo:

(...) um inglês na Índia ou no Egito, no final do século XIX, tinha por esses países um interesse que nunca estava muito afastado de sua condição, na mente dele, de colônias britânicas. Dizer isso pode parecer muito diferente de dizer que todo conhecimento acadêmico sobre a Índia e o Egito não está de modo algum marcado, e violado, pelo fato político vulgar – e, no entanto, *isso é o que estou dizendo* neste estudo do orientalismo (SAID: 2001: 23).

Para Said, a visão histórica do islã como uma cultura incapaz é, sem dúvida alguma, uma visão política (LUZ: 2001). Assim, o olhar tradicional das disciplinas científicas constituídas na Europa, especialmente a História e a Geografia, não se caracterizam pela objetividade, que a princípio deveria nortear o saber científico, mas sim pela desigual correlação de forças do confronto entre a Europa (e mais tarde os EUA), sob a denominação de Ocidente, contra o mundo muçulmano, impulsionada pela necessidade de conquista, primeiramente das rotas marítimas e terrestres e, posteriormente, no séc. XX, dos recursos energéticos do Levante, vitais aos interesses do grande capital, que determinam a visão hegemônica sobre a área conflituosa desde os fins do séc. XVIII. Os estudos geográficos e históricos da Região têm sido marcados pelos reducionismos, tais como: fanatismo x razão; obscurantismo religioso x iluminismo secular; democracia x despotismo, que longe de lograr um melhor entendimento dos graves conflitos médio-orientais, ressaltaram apenas a superioridade dos valores ocidentais (NIGRI: 2003: 25).

No que concerne à Geografia, ressaltemos o fato de que o pensamento geográfico existe desde tempos imemoriais, da mesma forma como sua práxis, sem a qual impérios antigos jamais seriam erguidos, estradas construídas, exércitos e marinhas deslocados, para citar algumas das aplicações dos estudos geográficos. A institucionalização da disciplina ocorre primeiramente na Europa, no século XIX, para dar o suporte (ideológico) necessário ao surgimento do Estado-nação, sendo, por esta razão, disseminada inicialmente nas escolas primárias e secundárias. De acordo com o

geógrafo brasileiro Antonio Robert Moraes (MORAES: 1991: 166-76), as teorias geográficas modernas serviram de veículos de legitimação das nacionalidades e dos respectivos projetos nacionais, pois a superação da fragmentação feudal e da legitimidade dinástica necessitava de uma construção simbólica de novos laços de coesão social legitimadores da forma estatal de dominação política. Nos novos Estados nacionais europeus, prossegue Moraes, as representações espaciais forneceram um elemento de referência negado pela História, colocando a discussão geográfica no centro do debate ideológico. Com isto, segundo o geógrafo brasileiro, “os geógrafos ‘pedagogizam’ a ótica da identidade pela localização espacial, vulgarizando a perspectiva utilizada pela reflexão intra-estatal”. Desta forma, a disciplina, com a escola servindo de veículo básico, oferece a percepção da área de efetividade e indivisibilidade do poder estatal, além de fornecer aos indivíduos um referencial que os qualifica numa comunidade de interesses objetivada no próprio Estado nacional, formando, assim, a visão de mundo dos indivíduos construída numa espacialização que reifica a forma de dominação estatal (MORAES: 1991: 166-76). É neste processo que o nacional, mediado pelo discurso geográfico, se torna natural, conclui Moraes (1991: 166-76), revelando a eficácia ideológica desta visão “pedagógico-geográfica”.

Outro fator que contribuiu simultaneamente à institucionalização da Geografia como disciplina científica na Europa do séc. XIX foi certamente a expansão imperial. Segundo o geógrafo Horácio Capel:

Não esqueçamos, desde logo, que o século XIX é o de expansão e consolidação do imperialismo europeu e que o domínio e colonização dos países extra-europeus supunha, ainda naqueles tempos, um trabalho prévio de exploração, associada normalmente com a atividade geográfica. Pode-se escrever que “a geografia de 1870-90 é filha do imperialismo” e não cabe dúvida que o trabalho das Sociedades de Geografia estava, em boa parte, relacionado com objetivos imperialistas. Isto explicaria seus ecos nos poderes públicos e os apoios que receberam (CAPEL: 1988: 80). (tradução nossa)

As atividades geográficas associadas aos interesses dos impérios europeus, contudo, antecederam, e muito, ao período de 1870-90 descrito por Capel. Como visto antes, Inglaterra, França e Rússia atuavam, às vezes em conluio ou em confronto uns com os outros, na administração do desmonte do Império Turco-Otomano desde fins do séc. XVIII. Uma das táticas usadas por estas potências foi a associação com interesses das lideranças locais para a consecução dos seus objetivos de domínio da estratégica região. Este foi o caso da aliança nem sempre tácita da França com Mehmet Ali,

Ibrahim Paxá e Bashir Shehab III, emir do Líbano. O pensamento geográfico europeu desempenhou o seu papel na divisão do Monte Líbano em dois *caimacatos*, em 1842.

Entre 11 e 14 de setembro de 1840, Beirute foi bombardeado pela frota anglo-turco-otomana, derrotando a campanha expansionista de Ibrahim Paxá, filho de Ali, contra os otomanos. Ingleses e austríacos, após a vitória, exacerbaram o confessionalismo como base de legitimidade do poder otomano. Desta forma, as comunidades de fiéis foram transformadas em *nações*. As montanhas do Líbano foram divididas em dois distritos (*caimacatos*), um cristão maronita ao norte da estrada Beirute-Damasco, e outro, druso, ao sul da mesma via. Estes territórios seriam administrados por conselhos formados por integrantes de cada comunidade confessional do Monte Líbano. De acordo com esta divisão proposta pela Inglaterra e Áustria, esta última atuando com o apoio tácito da Igreja católica romana, cada comunidade seria “protegida” por uma potência europeia. Assim, cristãos maronitas ficariam sob a proteção da França, os cristãos greco-ortodoxos, da Rússia czarista, os greco-melquitas, da Áustria, os protestantes, da Prússia, os sunitas, da Porta, e os drusos, da Inglaterra. As Capitulações são aprofundadas. Era a *libanização*<sup>10</sup>. Esta “divisão para reinar”, na formação de novos territórios dentro do Império Otomano, abria a possibilidade do que hoje denominamos de “limpeza étnica”. Tal divisão não levou em consideração o fato de maronitas e drusos coexistirem e conviverem desde o século XVI nas montanhas do Líbano, sem atritos significativos. Para os europeus, os povos (“tribos” e “indígenas”) que conviviam naquele espaço por séculos, comungando a mesma língua, escrita e costumes, apesar da diferença confessional, precisavam ser separados. Assim, o caráter plurinacional, que ofereceu a estabilidade e a legitimidade da Sublime Porta, será transformado pelos europeus em alvo para a desestabilização.

Stratford Canning, embaixador britânico, escreve ao ministro otomano, Pisani, em 26 de agosto de 1842, comentando a situação das montanhas, sugerindo implicitamente a limpeza étnica para uma efetiva separação entre drusos e maronitas:

(...) dois povos separados. A autoridade soberana do país pertence ao sultão. Que esta autoridade seja representada por um vizir, superintendente do país e revestido de poder necessário para manter a paz. Que a administração local seja confiada a dois indivíduos, nomeados por uma autoridade suprema, um druso para os drusos, um maronita para os maronitas. (...) A execução deste plano pode encontrar algumas dificuldades como, por exemplo, a mescla de populações em alguns distritos. Isto pode ser um obstáculo um pouco sério,

---

<sup>10</sup> *Libanização* corresponde à divisão territorial em base étnico-confessional. (NIGRI: 2003).

porém pode-se tomar medidas frente a outras que teriam maiores conseqüências (CANNING apud CAMPELLO: 205: 159). (tradução nossa).

Foi no ensejo deste processo de *libanização*, em 1840, que um cônsul britânico em Beirute escreve uma carta ao *Foreign Office*, em Londres, para fazer frente ao apoio francês aos cristãos maronitas, sobre a necessidade da Inglaterra convencer sua comunidade judia no sentido de se implantar na Palestina, para que os ingleses dispusessem de uma comunidade religiosa aliada. A carta do cônsul teria uma resposta um século depois, em 1917, com a Declaração de Balfour, ministro do Ministério das Relações Exteriores, propondo um “lar nacional judeu” na Palestina (CORM: 2006: 107). Desnecessário dizer que o Levante, e neste caso especificamente o Monte Líbano, se convertera num laboratório político e numa zona de confrontação estratégicas de potências regionais e internacionais. Como territórios-tampão de fato, os *caimacatos* foram instituídos no Monte Líbano, em 1843. A separação das comunidades abria a centelha das guerras civis, o que ocorrera não muito depois, com crises sociais transmutadas em conflitos étnico-confessionais, a partir de 1845, culminando no massacre de 1860, quando mais de 10 mil cristãos foram mortos pelos muçulmanos, após uma revolta camponesa, servindo de pretexto para mais uma invasão francesa. Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia, mediante o desembarque de tropas franceses em Beirute, em julho de 1860, impõem ao sultão otomano a autonomia do Monte Líbano (o *Pequeno Líbano*), através de um regulamento orgânico. O território passaria a ter um governador cristão não-otomano, sob a assessoria e controle de um conselho representativo de diferentes comunidades (CAMPELLO: 2005: 21-50). Com isto, a França, portadora dos ideais revolucionários, democráticos, liberais, iluministas, laicos e republicanos, inverteu o espelho e reabilitou no Monte Líbano as divisões religiosas, em processo de abolição na Europa. A instituição, por parte dos franceses, da província autônoma (*mutassarif*) do Pequeno Líbano, em 1861, cuja população é majoritariamente maronita, tinha o objetivo de estabelecer uma “cunha” cristã no mundo islâmico, formando elites nativas favoráveis aos europeus.

A penetração capitalista no Levante faria, na segunda metade do século XIX, aquela região passar por mutações particulares acentuadas. O Império Otomano tenta reformar-se (as *Tanzimat*) para fazer frente à crescente interferência dos europeus. Simultaneamente a este ímpeto reformista otomano, as instituições (escolas, orfanatos,

universidades e hospitais) criadas pelos europeus para dar suporte ao capitalismo, introduzido na Região desde o início do séc. XIX, favorecem o surgimento do movimento cultural da *Nahda* (Renascença em árabe), que contribui para a formação do nacionalismo árabe, inspirado pelos ideais iluministas europeus, a exemplo do que ocorrera distintamente do movimento nacionalista judeu moderno, o sionismo, na Rússia czarista e na Europa Central, principal origem dos emigrantes judeus para a Palestina otomana (NIGRI: 2005: 38-40).

É preciso salientar, no entanto, que a categoria europeia de *nação* ao se introduzir no Levante defrontou-se com a idéia de *Umma* (comunidade ou nação), já consagrada pelos muçulmanos, mas esta foi acolhida pelos árabes cristãos, que no movimento cultural da *Nahda* irradiou as novas idéias e práxis pela região, onde se atribuiu à língua árabe o fator integrador que transcendesse não só as diferenças sociais, mas também a divisão confessional entre árabes cristãos e muçulmanos, que emergiu das guerras civis e massacres entre 1840 e 1860 na Síria. Mas a *Nahda* se dividirá em tendências francófilas, anglófilas, germanófilas e russófilas (ZEGHIDOUR: 1982: 35-44). Por outro lado, o mesmo termo europeu se embate com o nacionalismo judeu sionista, que mesmo secularizado remete a um discurso milenarista e na práxis laicizada de seus membros que amalgamam cidadãos oriundos das áreas mais diversas do mundo, especialmente os *askhenazis*<sup>11</sup>, de língua *yidiche*. Nacionalismos judeu, árabe e ocidental secularizados confrontam-se, desde então, com a (pretensa) coesão da *Umma* (comunidade islâmica).

A erosão acelerada do edifício estatal otomano se torna evidente pela sucessão de acontecimentos que levam a uma dificuldade maior de gestão territorial. Mais e mais territórios passam às mãos das potências europeias. Em meio século, entre 1870 e 1920, o Estado otomano perde todo o controle sobre a Península Balcânica e cessa de existir, dando lugar a inúmeros Estados nacionais, entre os quais a Turquia. Em 1882, a Inglaterra ocupa o Egito, para controlar o Suez e expulsar os franceses. Os otomanos tentam responder com a fundação do *Sanjack* de Jerusalém, em 1887, criando uma referência territorial ao nascente nacionalismo palestino, afiliado do nacionalismo árabe.

---

<sup>11</sup> Ashkenazis ou ashkenazins ou ashkenazitas são judeus originários do Ocidente. Judeus mizrahins são os de origem oriental (mundo árabe e a Ásia). Os Sefaradins ou sefradins ou sefraditas são judeus originários da Espanha (Sefarad). Falashas são judeus originários da Etiópia.

Nesse processo de decadência da Porta, observamos, no início do século XX, o surgimento do conceito de Oriente Médio pelo estrategista americano Alfred Mahan, correspondendo a toda área circundante do Golfo Árabe-Pérsico (MELLMAN: 2002), sem fronteira definida, onde na época, se faziam as primeiras descobertas de jazidas petrolíferas. Não se pode deixar de entender como os escritos do historiador Mahan apontavam para a necessidade de controle da Região pelos EUA, então uma potência econômica e militar em ascensão. Apesar da expressão *Oriente Médio* ter uma forte conotação eurocêntrica, ela foi bem aceita até mesmo pelas populações locais (SILVA: 203: 52-53). Podemos indagar se esta expressão euro-americana não atendia também aos interesses de parcela significativa dos povos locais, para justificar esta aceitação.

No início do século XX, a competição inter-imperialista promoverá a confronto aberto entre as potências européias, americana e asiática (Japão), culminando na Primeira Guerra Mundial (I GM - 1914-18). Os otomanos se aliaram à Alemanha, recém-unificada, e à Áustria, que jamais deixaram de ambicionar os valiosos territórios do Oriente Médio e seus recursos. Se contrapondo a esta aliança, encontravam-se a Inglaterra, Itália, França e Rússia czarista, tendo a adesão tardia dos EUA. Durante o conflito, os ingleses tentaram articular os nacionalismos árabe e judeu contra o inimigo em comum, os turcos-otomanos. Havia um precedente para esta articulação. Os *ashkenazis* se inseriram na Palestina desde fins do séc. XIX, mediante a compra de terras de proprietários árabes palestinos absenteístas, negócios que prosperaram e jamais cessaram a despeito dos atritos entre palestinos e judeus. A articulação inglesa criou seus efeitos nas promessas feitas tanto aos árabes, quanto aos judeus, da construção de Estados nacionais para auto-determinação de seus povos.

Com a queda dos otomanos, decorrente da derrota alemã no conflito mundial, em 1918, estas promessas se revelarão quiméricas. Os árabes chegaram a fundar um efêmero reino na Síria, logo após o fim da guerra, mas o rei proclamado, da dinastia Hachemita, Faysal, não pode consolidar efetivamente seu breve Estado. A convocação de eleições para o parlamento árabe no que hoje é o moderno Líbano foi uma tamanha “ousadia” que “afrontou” a França, cujas tropas expulsaram o rei de Damasco, a capital do efêmero Reino Árabe-Sírio. O que estava em jogo não era a auto-determinação dos povos, mas, sim, a determinação (pelas potências européias) de quem se elevaria à condição de nação. Seguindo o princípio orientalista, denunciado por Edward Said,



estas “tribos”, “raças submetidas” e “nativos” (cujos verdadeiros nome jamais se pronunciam) *não se representam, devem ser representados* (SAID: 2001). França, Inglaterra e Rússia czarista haviam assinado o Acordo de Sykes-Picot, durante a I GM, em 1916, prevendo a derrota da Sublime Porta, para criarem uma nova divisão geográfica do Oriente Médio não mais baseada nas divisões geo-culturais otomanas, exacerbadas por ingleses e franceses no “laboratório” sírio-libanês. A nova divisão se basearia na chamada “zonas de influência”.

A Conferência de Paz em Versalhes, em 1919, inspirada em princípios liberais e com uma retórica advogando o respeito à auto-determinação dos povos, estipulava a criação dos chamados mandatos nas zonas de influência, que deveriam ceder lugar, após um certo período, à constituição de Estados nacionais nestas áreas. A concepção do mandato baseia-se na idéia de que os povos sob domínio europeu deveriam ser “preparados” para a emancipação total. Os ingleses receberam o mandato sobre a Palestina (“Síria Meridional”, desmembrada com a criação da Transjordânia) e a Mesopotâmia (futuro Iraque). Os franceses receberam a Síria (incluindo os atuais Líbano, República da Síria e a província de Alexandreta). Al-Qods (Jerusalém) ficaria sob administração internacional. Para garantir seu domínio sobre a Síria, os franceses se apoiaram nas minorias confessionais dividindo o território do mandato em seis entidades, algumas sob as identidades étnico-confessionais: Estado de Damasco (sunita), Estado de Aleppo (sunita), Estado Alauíta, Estado da Montanha dos Drusos, Grande Líbano (sob o predomínio maronita) e o *sanjack* de Alexandreta. Os britânicos, por sua vez, se apóiam na dinastia Hachemita (guardiã dos lugares sagrados muçulmanos de Meca e Medina) e em alguns potentados locais e criam outras entidades sob critérios aleatórios. Unificam os três *vilayets* na Mesopotâmia (Mossul, Bagdá e Basra), fundando o Iraque (hoje, sob ocupação anglo-americano-iraniana, em fase de *libanização*, desde 2003), mas desmembram a Palestina mandatária em dois territórios, Palestina (que se divide em três em 1948) e Transjordânia. Em menos de quatro anos após a instauração dos mandatos, surgem novas mutações espaciais: Damasco e Aleppo são unificados, em 1924, mas o *sanjack* de Alexandreta é cedido à Turquia em 1939 e o Grande Líbano, fundado em 1920. Tais mudanças acirraram os nacionalismos (árabe e sírio) na Síria, que explode em revolta, esmagada com violência em 1925 pelas tropas de Paris. A Síria ficou amputada de suas saídas para o mar, privando-se de seus três

principais portos (Beirute, Trípoli e Alexandreta) (BALANCHE: 2002). O único porto internacional que ainda manteve sob seu controle não estava conectado com a rede ferroviária. A implosão da Síria foi o meio pelo qual a França tentou implodir os nacionalismos sírio e árabe, dos quais o primeiro era afiliado ao segundo. Para a historiadora espanhola Campello (2005), todas as manobras de mudanças territoriais visavam negar a existência de uma nação síria afiliada a uma nação árabe. Tal foi a lógica do dividir para governar aplicada pelos franceses.

A Segunda Guerra Mundial (II GM, 1939-45) exasperará nos árabes, e noutros povos da região, o desejo da independência prometida pelas potências européias, que se encontram novamente em confronto. Entretanto, os palestinos sofrem o esmagamento de sua revolta contra o mandato, com suas lideranças políticas banidas ou assassinadas pelos ingleses e judeus e sionistas. A violência da repressão anti-palestina denuncia a cumplicidade das novas entidades estatais árabes com as potências mandatárias. A adesão da França às potências do Eixo (Alemanha, Japão e Itália), em 1941, suscita a revolta libanesa, em 1943, com apoio britânico, que leva à independência do Grande Líbano.

As novas fronteiras fazem sangrar os povos do Levante. A “pequena” Síria é emancipada em 1946, baixo um bombardeio francês sobre Damasco durante a retirada das tropas para França. O acirramento das lutas entre palestinos e judeus expõem a perda de controle dos ingleses, que tentam atribuir às Nações Unidas (ONU) a responsabilidade pelo controle da região, mediante a partilha da Palestina entre árabes e judeus (sendo estes últimos compondo apenas 33% da população total do país), tal como a mesma Inglaterra havia proposto no Monte Líbano em 1842, com os resultados similares. A partilha leva à limpeza étnica. Para os ingleses, árabes e judeus são incapazes de conviverem e de coexistirem, precisam ser separados. Ignoram até mesmo como a especulação imobiliária, que jamais cessara, tenha promovido a interação os dois povos. Não surpreende, com isto, que a guerra civil tenha eclodido com virulência com o anúncio da partilha, em novembro de 1947, após a votação na ONU. Duas semanas antes da votação nas Nações Unidas, os próprios árabes e judeus tomariam a iniciativa de fazerem um acordo secreto e verbal sobre a partilha do país (SHLAIM: 1988; ROGAN: 2007): a Cisjordânia passaria ao controle transjordânico em troca da paz com Israel.

A chamada Guerra de Independência de Israel (1947-49) é iniciada como um conflito civil e termina com a invasão e anexação *de fato* dos territórios destinados aos árabes palestinos pelos árabes e judeus. Mais de 750 mil palestinos são expulsos do novo “Estado judeu” e outros 160 mil permanecem (PAPPÉ: 2007). Desta forma, se o Líbano (País dos Cedros) foi fundado em uma base no pluralismo comunitário, um “Império Otomano em miniatura”, distribuindo o poder pelas 18 comunidades religiosas reconhecidas, Síria e Iraque dispõem praticamente da mesma composição étnico-confessional encontrada no Líbano, enquanto que Israel, por sua vez, foi fundado com base no exclusivismo comunitário. É neste aspecto que a presença de Israel desestabiliza todo o Oriente Médio (CORM: 2007).

Em 1954, os ministros israelenses Moshe Dayan e Ben-Gurion propõem a invasão do Líbano para dele extirpar um Estado cristão cliente de Israel, a mesma proposta é feita em relação à Síria, para a criação de um Estado druso, como visto anteriormente. Durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973, quando Síria e Egito contra-atacaram Israel, para reaverem os territórios perdidos na Guerra dos Seis Dias, em 1967, o general Yigal Allon propôs a invasão da Síria, para dividi-la e criar um Estado druso (SHLAIM: 2004: 387-92). O Líbano se converteu após a Guerra do Yom Kippur num Estado-tampão, em decorrência de sua frágil concertação política, servindo seu território como campo de batalha para todas as guerras do Oriente Médio, abrindo caminho para a Guerra Civil (1975-90) (CORM: 2006). O conflito libanês, cujo único objetivo de luta das milícias foi a destruição do Estado libanês (CORM: 2007) para a criação de mini-Estados étnico-confessionais, fez eco às antigas aspirações de balcanização do País dos Cedros de Ben-Gurion e anteciparam as estratégias propostas por Oded Yinon, em 1982. Temos neste momento uma das dimensões das alianças entre árabes e judeus. Esta aliança se concretizará com a adesão dos direitistas cristãos maronitas à idéia de um Pequeno Líbano “cristão” na luta contra os libaneses muçulmanos e palestinos. Os estrategistas israelenses viram no Líbano em chamas a oportunidade para pôr em prática seus planos de (re-)partição do Oriente Médio, em atitude similar aos antigos funcionários britânicos arabistas do Departamento Árabe do Cairo, movidos pelos mesmos preconceitos orientalistas e interesses imperiais (SAID: 2001: 311-12). As invasões israelenses do Líbano em 1978 e em 1982, em favor da direita cristã, com apoio tácito do mundo árabe, resultaram em fracasso em virtude de se

basearem não em análises realistas das sociedades árabes, mas, sim, de uma visão arrogante e imperial de uma suposta “superioridade racial e cultural” dos judeus, numa reprodução das mesmas atitudes imperiais das antigas potências européias.

### *Considerações Finais*

Se, por um lado, foram fracassadas as invasões do Líbano por Israel, seguindo as estratégias prescritas pelo jornalista Oded Yinon, por outro, elas serviram como um “laboratório” para as futuras invasões e ocupações militares norte-americanas do Iraque, em 1991 e em 2003. Não surpreende que um dos resultados do primeiro ataque americano ao Iraque (1991) foi a formação de uma “zona autônoma” curda no norte do país mesopotâmico, também habitada por árabes muçulmanos e cristãos, além dos turcomenos. A ofensiva de 1991 abriria caminho para a invasão de 2003, esta com a clara intenção de remodelar o mapa político do Oriente Médio, seguindo basicamente os mesmos preceitos do notório jornalista israelense (MEYSSAN: 2006). Com isto, o Iraque foi dividido, mediante a limpeza étnica, em três zonas étnico-confessionais homogêneas. Não surpreende, portanto, que em junho de 2006, um mês antes da terceira e fracassada grande invasão israelense do Líbano, o jornal do exército dos EUA tenha publicado um artigo de um major, Ralph Peters (2006), preconizando uma nova divisão política do Oriente Médio, receitando a limpeza étnica, considerada um “segredo de 5 mil anos de História”, como meio para o empreendimento com o objetivo dos americanos assegurarem para si as ricas reservas de petróleo da Região por um longo período. Diz ele:

(...) As for those who refuse to “think the unthinkable,” declaring that boundaries must not change and that’s that, it pays to remember that boundaries have never stopped changing through the centuries. Borders have never been static, and many frontiers, from Congo through Kosovo to the Caucasus, are changing even now (as ambassadors and special representatives avert their eyes to study the shine on their wingtips). Oh, and one other dirty little secret from 5,000 years of history: Ethnic cleansing works. (PETERS: 2006)

As palavras acima em nada diferem, em sua essência, das de Stratford Canning expostas anteriormente quando recomendou a divisão do Monte Líbano. Entretanto a crieza das propostas dos que praticam a geografia nos mais altos postos das administrações estatais (e imperiais) nos levam a uma indagação: as *práxis* da geografia e dos geógrafos (formais ou não) promoveram na Europa e mesmo nas Américas

serviram à constituição de uma imagem Estado para dar coesão à nação, porém, no Oriente Médio, estando à serviço dos interesses imperais americanos e europeus, estas mesmas práxis não estariam restaurando, em sua essência, modelos que evocam uma “re-otomonização” do espaço levantino no bojo do processo de globalização? Ou seja, não estariam reatualizando as “fronteiras” geo-culturais que subsistiam dentro do antigo Estado Otomano?

### ***Referências Bibliográficas***

BALANCHE, Fabrice. **Syrie-Liban: intégration régionale ou dilution?**. Mappemonde, n. 79 (2005:3). Acesso em: 17/05/2009. Disponível em: <<http://mappemonde.mgm.fr/num7/articles/art05306.html>>.

BEN-GURION, David. **Carta a Moshe Sharret** (traduzida para o francês). Sdé-Boker, 27/02/1954. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article9886.html>>. Acesso em: 04/09/2006.

CAMPELLO, Ana Maria García. **Historias del Líbano: La invención de un Estado**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Geografia e História, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2005.

CAPEL, Horácio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. 3ª ed. Barcelona: Bacanova, 1988.

CORM, Georges. **Líbano partido, plano de Israel**. Le Monde Diplomatique. Acesso em: 19/09/2006. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-09,a1391>> .

\_\_\_\_\_. **El Líbano contemporáneo: historia y sociedad**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2007. (Biblioteca del Islam Contemporâneo).

EDDÉ, Emile. **O Líbano através dos séculos – tomo II**. Rio de Janeiro: Centro Cultural da Missão Libanesa Maronita do Brasil, 2001.

GATTAZ, André. **A Guerra da Palestina**. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

LACOSTE, Yves (dir.). **Dictionnaire de geopolitique**. Paris: Flammarion, 1995.

\_\_\_\_\_. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988.

LAURENS, Henry. **Paix et guerre au Moyen-Orient: l’Orient arabe et le monde de 1945 à nos jours**. 2e. édition. Paris: Armand Colin, 2005.

LUZ, Marcos Bello de Moura. **Visões da mídia sobre os talibãs**. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2001.

MELMAN, Billie. "The Middle East / Arabia: 'the cradle of Islam'". In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (orgs.). **The Cambridge Companion to travel writing**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2002.

MEYSSAN, Thierry. **Los neoconservadores y la política de "caos constructor"**. Acesso em: 22/08/2006. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article142563.html#article142563>>.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 166-76.

NIGRI, Inacio Meneche. **Nações e etnias do Oriente Próximo nas estratégias de Israel: pensamento e práxis**. Disponível em: <<http://www.bookbrasil.com.br/livro.asp?id=194>>. Acesso em: 20/04/2003.

\_\_\_\_\_. **Palaestina, Palestina: dos otomanos à partilha e à formação do Estado de Israel (do séc. XIX a 1947-48)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de História – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2005.

PETERS, Ralph. How a better Middle East would look. **The Armed Forces Journal**. Acesso em: 09/08/2006. Disponível em: <<http://www.armedforcesjournal.com/2006/06/1833899>>.

ROGAN, Eugene L. e SHLAIM, Avi (edit.). **The war for Palestine**. 2nd. Edit. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe**. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Collusion across the Jordan: King Abdullah, the Zionist Movement, and the Partition of Palestine**. New York: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Edilson Adão Cândido da. **Oriente Médio: a gênese das fronteiras**. São Paulo: Zouk, 2003.

SCANNONE, Juan Carlos. O debate sobre a Modernidade no mundo atlântico norte e no terceiro mundo. In: **A Modernidade em discussão**. Concilium, nº 244, vol. 6, 1992. Petrópolis: Vozes.

YINON, Oded. A strategy for Israel in the nineteen eighties. In: **KIVUNIM** (Directions), A Journal for Judaism and Zionism, issue nº 14, winter, 5742, Fevereiro de 1982. Organização Sionista Mundial (tradução para o inglês, por SHAHAK, Israel. Disponível em:  
<[http://www.geocities.com/alabasters\\_archive/zionist\\_plan.html](http://www.geocities.com/alabasters_archive/zionist_plan.html)>. Acesso em:  
15/07/2005.

ZEGHIDOUR, Slimane. **A poesia árabe moderna e o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é história, 50).